

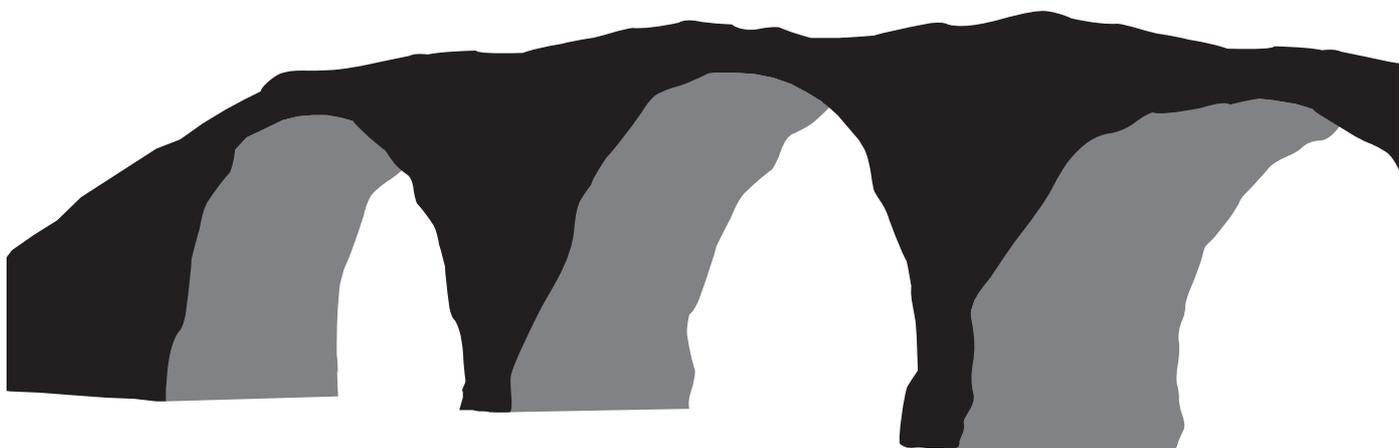
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 4 | Número 1 | Janeiro – Junho 2010

ISSN 1981-5875

**PÉROLAS, CAÇADORES E PESCADORES – ALGUNS
APONTAMENTOS SOBRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E
ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA NO BRASIL**

Bruno S. Ranzani da Silva



PÉROLAS, CAÇADORES E PESCADORES – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA NO BRASIL

Bruno S. Ranzani da Silva (PPGAN/UFMG)

RESUMO

Desde os anos 1960 a arqueologia subaquática luta para mostrar a viabilidade de acessar as áreas submersas da costa e do continente e sua grande riqueza cultural, ao mesmo tempo em que a protegem contra a depredação de mergulhadores e mergulhadoras recreativas(os) e empresas de salvatagem. Além da batalha por uma legislação adequada à proteção do patrimônio cultural subaquático, diversas propostas têm buscado o acesso ao conhecimento sobre esse patrimônio. Uma delas é o turismo arqueológico subaquático, que tem apresentado resultados positivos para ambas as partes. No entanto, podemos averiguar que o principal impacto do turismo é sobre as comunidades receptoras, uma vez que o turismo, como indústria, mercantiliza o espaço e a memória. Para pensar esses diversos meios de interação entre arqueologia e seus diversos públicos, procurei experiências levantadas pela “arqueologia pública”, cuja preocupação central, na atualidade, é o trabalho em situação de conflitos políticos e sociais que envolvem a pesquisa arqueológica.

RESUMEN

Desde los años 1960 la arqueología subacuática lucha para mostrar la accesibilidad de las áreas sumergidas de la costa y en el continente, y su enorme riqueza cultural, mientras argumenta por la preservación contra la depredación por buceadores y compañías de salvamento. Además de leyes adecuadas para la protección del patrimonio cultural subacuático, muchas propuestas han buscado tornar más público el acceso al dicho patrimonio. Una de ellas es el turismo, cuyos resultados, en muchos casos, parecen ser positivos para todos los interesados. Sin embargo, podemos averiguar que el impacto generalmente sucede sobre las comunidades receptoras, una vez que el turismo, como industria, mercantiliza el espacio y la memoria. Para pensar estos diversos medios de interacción entre arqueología y sus múltiples públicos, busqué experiencias de la “arqueología pública”, abordaje preocupada en situaciones de conflictos políticos y sociales en los cuales participa la arqueología y el patrimonio arqueológico.

ABSTRACT

Since the 1960s, underwater archaeologists struggle to show the feasibility of accessing submerged human remains in the coast and in the continent and its cultural richness, trying to make clear the immense possibilities of study. Parallel to this effort, archaeologists have been waging a battle for basic legal protection of submerged human remains against the depredations by recreational divers and salvage companies. In addition to legislation, many researchers have been considering different ways of “publicizing” the access to the cultural heritage and its potential interpretations: from artistic projects to technical training of recreational divers in archaeology. One of them is the underwater archaeological tourism, that has presented positive results in many cases for both the preservation of cultural heritage and for the assessment of recreational divers. However, a major problem of tourism is its impact on host communities and places, since the tourism, as an industry, commercializes space and memory, and takes consumers to the product. To think about these different modes of interaction between archaeology and its various publics, I looked for experiences and issues raised by “public archaeology,” a perspective of international origin, whose main concern is the relationship between the discipline and the other.

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1980, o conceito de arqueologia pública tem ampliado seu escopo significativo para além do *Cultural Resources Management* (Manejo de Recursos Culturais) com o qual nasceu nos Estados Unidos na década de 1970 (Schadla-Hall 1999, Funari 2006). Arqueologia pública passa a ser encarada como uma questão de ética profissional e abertura temática cujo foco principal é a responsabilidade social do arqueólogo e arqueóloga (Ascherson 2000). Em poucas palavras, esse conceito cresce em importância ao explicitar e refletir sobre o papel da arqueologia em situações de conflito social (Merriman, 2004a).

No Brasil, a proposta da arqueologia pública torna-se bem vinda com o passar dos anos, a medida que a posição estratégica da disciplina (Funari e Carvalho 2009) cresce em evidência. Como parte de sua história, a arqueologia tem sido consultora das políticas do Império Brasileiro para a criação da nova nação independente (Ferreira 2005a, Ferreira 2005b). Com a Resolução CONAMA nº 001/1986, a análise de impacto sobre o Patrimônio Cultural durante a implementação de grandes projetos de engenharia tem exigido da arqueologia uma nova participação nas políticas públicas de território e identidade (Silva 2011). A chamada “arqueologia de contrato” apresentou à arqueologia brasileira os pro-

blemas sociais e políticos envolvidos na produção do conhecimento científico, e, como em outros países, pressionou a disciplina à enfrentar os conflitos nos quais se envolve de maneira responsável e engajada (Schadla-Hall 1999, Ascherson 2000, Merriman 2004a).

Questões levantadas pelo licenciamento têm sido trazidas às Universidades Brasileiras e centros de pesquisa em arqueologia do país, resultando na elaboração de trabalhos de pós-graduação (Funari 2000, Bezerra De Almeida 2002, Stuchi 2010, Fernandes 2008, Silva 2011, Soltys 2010). Embora os Estudos de Impacto Ambientais ainda não incluam com sistemática o campo subaquático, pesquisadores tem se preocupado com alternativas que permitam a resolução de um conflito entre profissionais e público leigo, em especial praticantes do mergulho recreativo e empresas de “caça ao tesouro” (Rambelli 1997, Rambelli 1998, Rambelli 2002, Rambelli 2004).

Para o caso brasileiro, acredito que Gilson Rambelli (2009) resume de maneira precisa os problemas assolam a proteção do patrimônio nacional submerso. Primeiro, a ação de caçadores de tesouros (brasileiros e estrangeiros) com forte influência lobista nos altos escalões do governo (envolvendo o planejamento legislativo nacional); Segundo, a atribuição de salvaguarda e cuidados do patrimônio cultural submerso à Marinha, ao invés do Ministério da Cultura (órgão de competência pela proteção e manejo do patrimônio cultural “emerso”); Em terceiro, a indiscriminação (possivelmente por permeabilidade legislativa) entre o resgate de material para conservação e divulgação pública, e o resgate para leilão das peças.

A Lei 7.542/86 e sua modificação 10.166/00 regulamentam a especificidade do patrimônio arqueológico submerso, e suas redações apresentam um profundo descaso pela preservação dos vestígios materiais submersos, atribuindo-lhes valor de mercado (Brasil 1986, Brasil 2000). A legislação brasileira de proteção ao patrimônio submerso vai na contramão das políticas internacionais, além de mostrar postura contrária à principal lei nacional de proteção ao patrimônio arqueológico em geral, tornando-a inconstitucional e incoerente (Soares 2010).

Desde o final dos anos 1990, arqueólogos subaquáticos têm lutado pela modificação da lei, rumo à preservação do patrimônio cultural submerso – luta que ainda não está terminada. O projeto de Lei 7566/06 (agora como PL 45 do Senado Federal) cuja redação pode reverter o atual quadro de permissividade à caça ao tesouro, é a condição pela qual a legislação entrará em acordo com os parâmetros da UNESCO. E foi considerando esse enclave jurídico sobre o patrimônio arqueológico subaquático, o conflito entre arqueólogos e mergulhadores recreativos condicionado por esse descaso Estatal, e o contínuo depredo do patri-

mônio pelo mergulho recreativo e empresas de salvatagem me levaram a procurar nas propostas da arqueologia pública a chave para pensar sobre essas questões.

Em trabalhos anteriores (Silva 2007, Silva 2011) busquei reconhecer os interesses que vestígios arqueológicos submersos podem gerar em mergulhadores ou mergulhadoras, através da leitura de artigos de algumas revistas voltadas para esse público. Em algumas matérias cujos *sites* de mergulho seriam classificados por arqueólogos como sítios arqueológicos (naufrágios e demais estruturas submersas), foi possível interpretar basicamente duas vertentes (se tomarmos como parâmetro a preservação patrimonial): uma voltada à caça ao tesouro, à experiência aventureira de exploração do desconhecido submerso e recuperação de objetos de valor simbólico (e comercial) como troféus da conquista e superação dos limites humanos; a segunda vertente abrange o medo e o fascínio da submersão, a emoção de cruzar novas fronteiras e o susto que reaviva a enfraquecida sensibilidade do indivíduo urbano, emoções que levam os mergulhadores a prezarem pela preservação do natural e do humano em submersão como espaços de apreciação estética e sensitiva.

Neste artigo, pretendo dar atenção às táticas de confluência dos interesses preservacionistas de arqueólogos, arqueólogas e público mergulhador, em especial o turismo. O turismo arqueológico tem servido como uma das principais alternativas de “preservação pela apreciação”, tanto por seu forte apelo a estética como mercadoria, quanto por sua inevitável presença no litoral dos mais diversos países do mundo, desde que “ir a praia” está entre as principais recreações do indivíduo moderno. No entanto, a questão da indústria turística e seu discurso sobre os benefícios do mercado, em paralelo ao desenvolvimento sustentável é extremamente complexa (Zhourri e Oliveira 2005, Zhourri 2008). Poucas são as referências aos impactos do turismo arqueológico subaquático nas comunidades receptoras na bibliografia especializada. Neste texto, minha tentativa de abarcar esse “terceiro público” nas reflexões desenvolvidas foi através de textos de turismólogos e antropólogos, especialmente.

APENAS ALGUMAS LÉGUAS SUBMARINAS

Existem hoje diversas propostas de interação entre os profissionais de arqueologia e o público não arqueológico, muitas delas preocupadas em se libertar das rédeas disciplinares e permitir o surgimento de diferentes interpretações sobre o passado. Entre elas, o convite ao público (no caso, o(a) mergulhador(a)) à participação direta em projetos arqueológicos como voluntários (Faulkner 2004, Frost 2004, Jameson Jr 2004), ou através de ações educativas em moldes construtivistas (Copeland 2004) em *points* litorâneos. A alternativa a qual dedicarei mais tempo,

no entanto, é a do turismo arqueológico, altamente polêmica dentro da academia. Basicamente duas são as razões por essa escolha. Primeira, não podemos esquecer que a intenção do mergulho recreativo é “recreação”, entretenimento. Isso não significa que meu foco deve ser uma “atividade pastelão”, mas não vale deixar em segundo plano o fato de que este público em particular toma contato com os vestígios submersos num momento de seu cotidiano que reserva à atividades lúdicas, ao descanso e aos *hobbies*. Em segundo lugar, muitas das empreitadas do turismo arqueológico submerso terminam por misturar a participação voluntária em atividades de campo e palestras sobre arqueologia.

Antes de partir para o turismo, gostaria de pensar sobre o caso apresentado por Lynn Harris no estado Norte Americano da Carolina do Sul para abordar o que chamamos no Brasil de “educação patrimonial”. Embora os atos de educação patrimonial no país tenham tomado versão de “alfabetização cultural” (Bastos 2006, Horta, Grunberg e Monteiro 1999, Vidal 2010), acredito que seja possível trabalhar com o conceito de “educação” como aprendizagem, tanto dos arqueólogos quanto do público em geral. O conflito surgido do contato entre diferentes cosmovisões pode ser transformado em aprendizado sobre o outro e, conseqüentemente, sobre si mesmo. Antes de falarmos em déficit cultural (Merriman 2004a, Gomes 2006), teremos que falar “no campo das diferenças coletivas na forma de viver e interpretar a experiência social” (Gomes 2006, 318). E somente aí, a meu ver, podemos fazer da educação uma ferramenta de libertação (Freire 1987). Buscar a compreensão dos mecanismos de aprendizado do outro, suas necessidades e interesses, e por quais movimentos nossos parâmetros cognitivos podem se comunicar é a única maneira de romper com a barreira entre educador e educando. As questões em foco são como, para quem e com qual objetivo estamos “educando”.

Voltando ao exemplo de Lynn Harris, em 1989 o Instituto de Antropologia e Arqueologia da Carolina do Sul criou o Programa de Manejo Arqueológico de Mergulhadores Esportivos (SDAMP), junto à Divisão de Arqueologia Subaquática do Instituto (Harris 2002).

O Programa foi criado especialmente para discutir o papel dos mergulhadores esportivos e ir ao encontro de necessidades de manejo de acordo com a legislação do estado, inventário de material submerso, e objetivos de pesquisa. O programa dedica todo o seu tempo à educação pública (Harris 2002, 59)

Sua execução não se limita a atividades esporádicas de educação patrimonial e registro de mergulhadores como “portadores de antiguidades” licenciados. Sua dedicação abarca um curso de formação técnica em arqueologia, credenciados pelo SCIAA. O curso se divide em quatro partes: 1) introdução aos princípios básicos

da arqueologia, seus conceitos, técnicas, registro, prospecção não-interventiva e políticas de preservação, bem como legislação estadual sobre o patrimônio arqueológico e que tipos de sítios podem ser encontrados. 2) e 3) são etapas de *workshops* de identificação de material, fotografia e desenho, arquitetura naval, marcação e catalogação de material, conservação, pesquisa histórica; atividades de campo como estabilização do sítio, uso de equipamentos de sensoriamento remoto, escavação e uso de quadras. 4) última parte, exige que os mergulhadores participem de uma etapa de campo de 14 dias em um projeto do SCIAA ou dirigir um projeto subaquático pelo mesmo tempo (Harris 2002, 62-63).

Os cursos têm recebido não só mergulhadores recreativos do estado, mas diversos profissionais de estados vizinhos que não contam com esse tipo de formação. Os projetos encorajam a participação também de não mergulhadores em sítios de zonas pantanosas ou intersticiais, além da pesquisa histórica em arquivos e trabalhos de conservação em laboratório (Harris 2002). Esse tipo de atividade gera sua polêmica. Por um lado, temos a proposta de democratização do conhecimento que atende ao apelo da arqueologia pública. Por outro, existe a possibilidade de que o conhecimento nas mãos dos mergulhadores treinados siga caminhos próprios, e que muitos deles venham a interessar-se pela execução de projetos por si mesmos, sem a presença necessária de um arqueólogo. Há também a possibilidade de que esse conhecimento não seja “democratizado”, mas “imposto” pela arqueologia como forma de criação de uma “patrulha patrimonial” que nunca será permitida ir além da sombra de uma “grande disciplina”. E retornamos à idéia de “alfabetização cultural”.

No entanto, a oferta de determinado aprendizado ao público interessado não significa necessariamente sua imposição. A ambigüidade de um curso técnico (domesticação do público leigo ou viabilização de conhecimento) é uma das facetas da arqueologia pública, e depende tanto da estrutura do projeto quanto de sua maneira de ser conduzida.

Chico Noelli levanta algumas perguntas sobre essa polêmica.

Porque não atuar a partir de uma ação iniciada por um grupo da sociedade civil organizada? Porque deixar a oportunidade de incentivar a criação de um movimento local para proteger o patrimônio cultural? Porque não ajudar com a transmissão dos conteúdos corretos da Arqueologia, na direção da pesquisa e da preservação do patrimônio cultural? Porque não incentivar um grupo de amadores a buscar a formação específica da Arqueologia? (Noelli 2010 – informação pessoal)¹

1 Entrevista concedida por Francisco Silva Noelli via e-mail. Pelotas e São Paulo/Belo Horizonte. Junho de 2010.

O Projeto de Arqueologia Subaquática da praia dos ingleses (Viana, Correa e Moura 2004) partiu de mergulhadores amadores que, interessados e preocupados com um naufrágio que se degradava pela ação marítima e de pilhagens eventuais, iniciou um movimento de pesquisa para poder levar a cabo trabalhos de arqueologia subaquática. Sua preocupação com a qualidade e efetividade das atividades os motivou a procurar um arqueólogo que pudesse coordenar o projeto².

O “Proyecto lugares de memória en el corregimiento de Tierra Bomba” (Projeto lugares de memória no corregimento de Terra Bomba), em quatro ilhas do *corregimiento* de Tierra Bomba, na Colômbia, desde 2008, é um excelente exemplo de interação com diferentes grupos sociais partindo da arqueologia. Este projeto foi a seqüência do “Programa de sensibilización para al protección del patrimonio cultural subacuático” (Programa de sensibilização para a proteção do patrimônio cultural subaquático) cujo propósito foi identificar sítios arqueológicos e a ligação das comunidades locais a eles (Fundación Tierra Firme 2011).

O projeto “Lugares de Memória” teve como objetivo a seleção pela população de lugares que consideravam dignos de memória, de modo a desenvolver atividades de conservação e musealização (Fundación Tierra Firme 2011). Ao fim das atividades do projeto se estruturaram duas fundações sem fins lucrativos conformadas por membros das comunidades do *corregimiento*: um centro histórico cuja função é “incentivar a cultura de nossa comunidade e dar a conhecer ao mundo que nessa ilha se guarda um grande tesouro deixado pelos espanhóis”; A segunda, a “Mergulhadores da historia dos canhões”, fundação com a proposta de “ser protetores e cuidadores dos canhões e dos sítios históricos debaixo do mar, e narradores da historia dos sítios antigos que se encontram no mar e dos canhões” (Fundación Tierra Firme 2011). Posteriormente surgiu o “Museu de Tierrabomba”, com um percurso montado pelos próprios moradores, que também guiam o percurso.

A proposta do Projeto parece interessante e motivadora, em especial por conjugar dois interesses, o preservacionista arqueológico e o mnemônico local. Embora o nome do “Programa de Sensibilização” nos sugira a idéia de “inculcar” na população local uma ideologia de conservação e beneficiamento econômico do lugar, não podemos esquecer que a relação entre comunidades locais e instâncias ligadas ao governo central pode ser guiada por um interesse local em aproveitar economicamente de recursos culturais em seu entorno e do conhecimento introduzido pela arqueologia de modo a inserir-se mais efetivamente no cenário nacional como possuidoras, e manipuladoras, de saber oficial. Mais uma vez,

2 Não podemos esquecer ponto também relativo ao debate anterior, que é norma do IPHAN que projetos arqueológicos sejam coordenados por arqueólogos reconhecidos.

a diferença entre aproveitamento do conhecimento arqueológico e imposição de um discurso sobre o passado depende da atuação e das sutilezas das relações pessoais no cotidiano do contato.

A Bahia de Todos os Santos tem-se mostrado um reduto muito rico para o desenvolvimento de atividades públicas de arqueologia subaquática. Recentemente desenvolve-se um projeto que, nos moldes da liberdade criativa que vislumbramos em alguns casos de arqueologia pública, toma o patrimônio como objeto de apreciação estética como medida de apelo à preservação. O Projeto Maraldi, de criação e execução da artista plástica baiana Lica Moniz de Aragão, “apropria-se” do patrimônio submerso através de “poéticas visuais” (Projeto Maraldi 2010).

Inserido no contexto das poéticas visuais contemporâneas e constituído por uma apropriação artística submarina *site specific*, o projeto Maraldi promove discussões e reflexões entre arte e arqueologia de naufrágios, dilatando a dimensão estética das poéticas líquidas e incentivando a preservação dos bens culturais que constituem nossa história.

Por se apresentar em um ambiente vivo, o mar, a obra conta com efeitos instáveis que emanam do próprio espaço. O encontro entre arte, natureza e patrimônio gera imagens fluidas e híbridas, como meios para uma possível comunicação (Projeto Maraldi 2010).

Indo ao encontro dos interesses do público recreativo de mergulhadores, tal como argumentei acima, o Projeto Maraldi vislumbra o apreço aos vestígios submersos por sua beleza e historicidade. A arte parte de outros preceitos sobre a expressão do real, e parece ser uma forma riquíssima de trabalho inter(trans/multi) disciplinar (Merriman 2004b).

A Bahia é também palco de atividades desenvolvidas pelos pesquisadores universitários. O Projeto “ARCHEMAR – Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar” está sob administração do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) e da Prefeitura de Itaparica, tem sido igualmente uma bandeira dessa preocupação (Rambelli 2009), com uma proposta de trabalhos etnográficos concomitantes aos trabalhos arqueológicos e trabalhos de turismo arqueológico, promovendo não somente a construção de trilhas turísticas, mas também a participação de mergulhadores nos trabalhos de campo. Apesar de existirem atividades de Educação Patrimonial e turismo em Arqueologia subaquática (II Simpósio Internacional de Arqueologia Marítima nas Américas 2007), o Projeto Archemar é pioneiro nessa empreitada no país, por sua amplitude.

Finalmente, uma das estratégias na qual a arqueologia subaquática no mundo parece estar apostando seu esforço preservacionista e público é o turismo ar-

queológico. Em trabalhos anteriores (Silva 2007, Silva 2011) discuti brevemente os interesses envolvidos na prática do mergulho recreativo, considerando os mergulhadores como público não arqueológico com o qual a arqueologia subaquática tem mantido relações conflituosas quando se trata do interesse sobre o patrimônio submerso. E uma das tentativas que os arqueólogos têm encontrado para unir a apreciação do mergulhador esportivo com as políticas de preservação é pelas portas já abertas do turismo.

Antes de mais nada, uma definição de turismo é necessária. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o conceito em questão compreende em atividades de indivíduos viajando para ou ficando em lugares além de seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios e outros propósitos ((WTO) World Tourism Organization 1995).

O mergulho recreativo é, de acordo com essa definição, turismo. A saída de seu “ambiente usual” durante períodos de recesso escolar e profissional por “motivos de lazer”. Talvez, o turismo arqueológico submerso mereça atenção mais por inevitabilidade e existência já arraigada na tradição brasileira e internacional do turismo litorâneo. Mesmo que não seja uma atividade útil para a arqueologia, o conhecimento de seus mecanismos me parece essencial para compreensão daqueles modelos já instalados.

É fundamental lembrar que essa movimentação de indivíduos por “lazer, negócios e outro propósitos” envolve, também, movimentações financeiras: Alojamento, alimentação, transporte, lazer, cultura, atividades esportivas, compras (OMT 2001) que podem chegar a 8 trilhões de dólares americanos em 2010 (12,5% do PIB mundial) (Goeldner et alii, 2002 *apud* (Veloso e Cavalcanti 2007)). Não podemos ignorar, então, que o turismo é antes de tudo uma indústria, e que isso implica na prioridade lucrativa.

Como toda indústria, seu propósito final é o lucro e isso exige uma disposição das partes envolvidas para que o produto final seja consumido pelo cliente de maneira satisfatória e, de preferência, que o encoraje a voltar a consumi-lo.

Pedro Paulo Funari faz um otimista apontamento sobre como o “turismo constitui parte de um esforço universal pela preservação da diversidade natural e cultural, tal como propugnada pela UNESCO, face à globalização que tende a tudo uniformizar” (Funari 2004, única). O Código de Ética da Organização Mundial do Turismo, em seu primeiro artigo, prega pela “contribuição do turismo ao entendimento mútuo e respeito entre povos e sociedades” (WTO 2001, 4)

Doris Ruschmann defende que o turista dos novos tempos está disposto a integrar-se ao cotidiano das comunidades receptoras e compreender novas dimensões de paisagem e valores culturais (Ruschmann 1997). Ao mesmo tempo,

a leitura de seu texto deixa claro que se trata de suprir as necessidades de uma “clientela”, ávida pelo consumo de bens culturais. A grande problemática surge no momento da organização dessas disposições ditadas pelas normas do mercado capitalista, exterior aos lugares que receberão o turismo, e no peso que cada uma das partes terá na execução dessas disposições e no usufruto real dos benefícios. Seria possível pensar no turismo arqueológico como mecanismo de interação de diferentes setores sociais em conflito pelo mesmo espaço? Seria possível uma aproximação cultural com benefícios mútuos para local e estrangeiro através do consumo?

Ainda neste preâmbulo conceitual, entendo o termo “turismo arqueológico” como uma delimitação temática, referindo-nos à estadia ou passagem por paisagens que contenham vestígios de atividades humanas (Manzato 2007). Conseqüentemente, o turismo arqueológico submerso seria a passagem por paisagens imersas que tivessem vestígios materiais humanos.

Como argumentei na introdução, existem diversos elementos envolvidos na apreciação do mergulho, concomitante às diferenças dos mergulhadores: há a reafirmação da virilidade através da conquista de um ambiente inóspito e da coleta de troféus profundos, o exercício da auto-estima ao percorrer barreiras quase intransponíveis, o delírio das cores da água e dos seres vivos, o medo de cruzar o limite da capacidade humana ao respirar embaixo d’água, a estética do terror na apreciação de naufrágios e estruturas engolidas pelas águas salgadas ou doces (Silva 2007, Silva 2011). O mergulho recreativo é o consumo dessas imagens e sonhos. Conjugando esse aos argumentos recém desenvolvidos, fica a pergunta: a arqueologia poderia argumentar pela preservação do patrimônio submerso por essa estética à venda?

A arqueologia subaquática tem lutado pela preservação de sítios arqueológicos submersos em nome de um interesse humanitário mundial, e, apesar do receio em lidar com as ferramentas de seu próprio inimigo, tem conseguido bons resultados quando atrela arqueologia subaquática e turismo.

O arqueólogo português Francisco Alves mostra uma série de exemplos bem sucedidos do estabelecimento de “trilhas arqueológicas”, que seriam, basicamente, roteiros de exploração submersa ao redor de vestígios materiais (naufrágios em especial) (Alves 2009). Exemplos nos Estados Unidos, Sicília, Croácia e Portugal tem tido ótimos resultados quanto à preservação dos sítios submersos, justamente porque passam pelo tocante da “preservação para apreciação”. “Recentemente (...) comentei que turistas mergulhadores estão procurando pelos vestígios de embarcações que tenham sido preservadas, não naufrágios que foram destruídos por pilhagem” (Alves 2009, 88). O Programa de Manejo de Arqueologia de

Mergulho Esportivo da Carolina do Sul, que discutimos anteriormente, obteve os mesmos resultados positivos quanto à experiência (Harris 2002).

O caso da Croácia apresentado por Jasen Mesic (2009) é interessante por abordar a dificuldade estrutural de manter diversos “Museus” de material arqueológico retirado do fundo do mar. Apesar do aumento nos esforços para a promoção da arqueologia subaquática no país, ainda há os meios de conservação de todo material proveniente dos trabalhos arqueológicos. Ao mesmo tempo, a intensidade com que a costa croata é visitada por mergulhadores exige uma ação imediata pela preservação do patrimônio imerso. Assim, o turismo aparece como opção adequada para lidar com a questão.

Através de um processo peculiar, o governo croata parece ter conseguido promover o turismo consciente em sua costa. A instalação de redomas de malha metálica ao redor dos naufrágios, abertas pelos guias de mergulho somente no momento da visita, tem garantido a integridade física dos vestígios, evitando pilhagens fortuitas e mantendo o material *in situ* como é o mais recomendável, e tem permitido o contato entre os mergulhadores e o patrimônio (há espaço suficiente para a circulação do visitante dentro das redomas) (Mesic 2009). Situação similar à cercar um sítio arqueológico ou uma reserva natural. O autor afirma que os custos não são tão elevados. Mas além do custo existe a questão de cercamento ser visualmente e espacialmente impactante, podendo prejudicar a experiência do mergulho além de, é claro, indisponibilizar completamente o espaço para aqueles que não estejam acompanhados de equipes de mergulho: a comunidade local de pescadores.

O turismo arqueológico pode ser uma empresa tão interessante para o Estado quanto para os turistas, mesmo que ele ainda não tenha se dado conta, como no caso brasileiro (Rios 2010 – Informação verbal³). Tatiana Zamora (2009), ao falar do descaso governamental que atinge o patrimônio subaquático de muitos países da América Latina, termina seu texto com uma citação de George Bass.

George Bass, o pai a arqueologia subaquática, diz: ‘ninguém consegue nomear um único país que enriqueceu trabalhando com caçadores de tesouros. Em contraposição, arqueologia subaquática gera milhões de dólares todos os anos em países que adotam uma abordagem conservativa do seu patrimônio cultural submerso, tais como Suécia ou Turquia, onde ambos Vasa e o Museu de Bodrum são atrações turísticas mundialmente conhecidas.’ (Zamora 2009, 28).

O arqueólogo brasileiro Carlos Rios faz o mesmo apontamento sobre o caso brasileiro, lembrando que nossas águas apresentam condições muito melhores que as de muitos países para apostarmos no turismo subaquático (Rios 2010 –

3 Entrevista concedida por Carlos Rios a Bruno Sanches via e-mail. Recife/Belo Horizonte. 23 de setembro de 2010.

Informação pessoal⁴).

Gilson Rambelli apresenta também pontos interessantes sobre o turismo arqueológico. Primeiro, se coloca em desacordo quando o turismo arqueológico é rechaçado por certo “ciúme” do pesquisador. Ou seja, quando o pesquisador nega qualquer tipo de atividade sobre o sítio terá importância distinta da sua pesquisa (Rambelli 2010 – informação pessoal⁵). E que, em segundo lugar, o turismo arqueológico pode sim ser encarado como uma possibilidade nas relações entre a arqueologia e as comunidades locais, através de um discurso que envolva a sustentabilidade.

Gilson aponta um dos debates centrais deste trabalho que é a negociação, não do patrimônio como bem alertou Chico Noelli, mas do espaço e como podemos “patrimonializá-lo” também em prol dos interesses locais. Lucio Ferreira lembra que a maioria das comunidades brasileiras são marcadas pela pobreza e opressão. Assim, se a arqueologia, conjugada com a Educação Patrimonial, é capaz de fomentar, por exemplo, o desenvolvimento auto-sustentável e o turismo, isso pode colaborar para a melhoria das comunidades (Ferreira 2010, 6).

Muitos arqueólogos não consideram o turismo como a melhor opção para o desenvolvimento de uma abordagem pública da arqueologia, pelo menos não da maneira que tem sido conduzido no Brasil. Seu interesse primordial em atender o mercado e sua finalidade lucrativa não se escondem no caso brasileiro, e o turismo submerso, em sua maioria, não tem tomado outro rumo além daquele que favorece as operadoras de mergulho (Duran 2010 – informação pessoal⁶; Noeli – informação pessoal⁷; Rios 2010 – informação pessoal⁸). Finalmente, podemos ver nos comentários de Ricardo Guimarães, arqueólogo subaquático da Marinha, e Chico Noelli uma resolução geral entre os profissionais da área: o investimento arqueológico no turismo deve entendê-lo como parte de um projeto cultural maior, de modo que o turismo seja regido pelo interesse social mais amplo e não o inverso (Noelli 2010 – informação pessoal⁹; Guimarães 2010 – informação pes-

4 Idem.

5 Entrevista concedida por Gilson Rambelli a Bruno S. R. da Silva em Aracajú, julho/agosto 2010.

6 Entrevista concedida por Leandro Duran a Bruno Sanches via skype. São Paulo/Belo Horizonte. Abril de 2010.

7 Entrevista concedida por Francisco Silva Noelli a Bruno Sanches via e-mail. Pelotas e São Paulo/Belo Horizonte. Junho de 2010.

8 Entrevista concedida por Carlos Rios a Bruno Sanches via e-mail. Recife/Belo Horizonte. 23 de setembro de 2010.

9 Entrevista concedida por Francisco Silva Noelli a Bruno Sanches via e-mail. Pelotas e São Paulo/Belo Horizonte. Junho de 2010.

soal¹⁰). Além do mais, a implementação do turismo, seja em sítios arqueológicos seja em Museus, é muito mais do que a instalação de cordas, placas e disposição de material sobre mesas (Bava de Camargo 2010 – Informação pessoal¹¹).

É necessário um planejamento de aproveitamento cultural, de estudo sobre os possíveis impactos do aumento do fluxo de turistas, respeito às necessidades das comunidades locais que podem ou não querem fazer parte do turismo (desacordo que poderia inclusive inviabilizar a empreitada), além de movimentação dos turistas em prol de um aproveitamento consciente da visita.

COMUNIDADES COSTEIRAS, ARQUEOLOGIA E O IMPACTO DO TURISMO

A proposta turística de interação social em larga escala possui seus atrativos. Por ele, podem encontrar-se no mesmo espaço o Estado Nacional através de políticas públicas de preservação e manejo, empreendedores particulares interessados em participar dos jogos do mercado, consumidores dos empreendimentos públicos e particulares (os turistas) sedentos por novidades e pesquisadores com projetos em idílicos paraísos.

O questionamento que aqui proponho é sobre o impacto da industrialização da imagem e do contato sobre as comunidades receptoras. Os habitantes da costa estão praticamente ausentes da literatura arqueológica subaquática no Brasil e no exterior. A meu ver, isso se deve ao momento em que se encontra a prática da arqueologia submersa, em especial no Brasil, de conquista do reconhecimento pelos próprios colegas de pesquisa e de políticas públicas que prezem pela preservação do patrimônio cultural submerso. Por outro lado, pude constatar a existência de uma extensa bibliografia em arqueologia, turismologia e antropologia sobre o impacto do turismo nas comunidades receptoras, com alguns casos em comunidades litorâneas. Assim, o turismo mais uma vez veio a calhar como um intermediário entre as atividades sociais no espaço litorâneo e submerso. Apesar da relação indireta estabelecida aqui entre a disciplina arqueológica e as comunidades receptoras, a proposta deste trecho é que caso a arqueologia venha se envolver na proposição e gestão de um projeto de turismo arqueológico é imprescindível que ela devota tempo e atenção ao impacto que poderá ser exercido sobre as comunidades locais. Um pouco mais além, transmitir também a sugestão de que os interesses dessas comunidades sejam considerados em posteriores trabalhos arqueológicos, independentemente do turismo.

10 Entrevista concedida por Ricardo Guimarães. Rio de Janeiro. Abril de 2010.

11 Entrevista concedida por Paulo Bava de Camargo via skype. São Paulo/Belo Horizonte. Maio de 2010.

Ao falar do impacto que o turismo pode exercer sobre essas comunidades locais receptoras, Alexandra Campos Oliveira as define como:

Trata-se sim de localidades cujas populações são ditas tradicionais e que vivem (ou viviam, anteriormente ao processo de desenvolvimento turístico), basicamente, da pesca e da agricultura de subsistência, bem como municípios interioranos que não se inserem tão amplamente, em termos relativos, na economia global. Estes locais (municípios ou regiões de um município) correspondem à grande parte dos destinos “descobertos” pela atividade turística, por suas peculiaridades naturais e culturais preservadas, representando uma alternativa de fuga do cotidiano aos indivíduos dos conglomerados urbanos (que, por sua vez, correspondem em grande medida ao mercado consumidor de turismo) (Oliveira, 2005: 76).

A antropologia possui muito mais a dizer sobre comunidades tradicionais, mas acredito que o turismo apresenta um conceito interessante e mais abrangente para o caso em questão. “Comunidade receptoras” faz referência às populações que vêem o turismo chegar-lhes às portas sem aviso prévio e ameaça modificar completamente seu estilo de vida.

Preocupada com o que chama de “turismo sustentável”, Doris Ruschmann aponta para as vantagens e desvantagens que o turismo ecológico exerce sobre as comunidades receptoras. A Valorização do artesanato, da herança cultural, do orgulho étnico e a preservação do patrimônio histórico são contrapontos das possibilidades de descaracterização do artesanato, da banalização das manifestações, arrogância cultural (transformação do turismo em *show de esquisitices e excentricidades*) e destruição do patrimônio histórico (Ruschmann 1997).

O manual de introdução ao turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT 2001) atenta para a mesma fragilidade do sistema turístico.

(...) ao contrário de outras empresas, o turismo leva os consumidores ao produto e não o produto aos consumidores.

Isso faz do turismo uma indústria particularmente frágil, vulnerável às mudanças do entorno natural, cultural e econômico, assim como a qualquer variação e incidente que aconteça nos limites de uma região. Por exemplo, a poluição de uma praia ou um ato criminal de grande cobertura jornalística podem ter consequências devastadoras sobre o próprio local (OMT 2001: 243).

O perigo do turismo é seu próprio consumo, capaz de atingir níveis desmesurados até esgotar a capacidade de fornecimento de seu próprio produto e da exaustão dos habitantes locais. O impacto do turismo arqueológico sobre comunidades receptoras tem sido motivo de intenso debate dentro do turismo, da antropologia e da arqueologia. Alexandra Campos Oliveira dedica alguns trabalhos ao tema, argumentando com uma série de problemas gerados a essas

populações por conta do turismo excludente. Seu caso é a vila de Trindade em Paraty/RJ: problemas imobiliários (deslocamento das populações, que dão lugar a hotéis, resorts e espaços recreativos), inflacionários (o comércio é impulsionado pelo turismo, mas a população não tem meios para sustentar-se na nova realidade dos preços), ambientais (esgotos despejados diretamente no mar pelos hotéis é apenas um dos exemplos que a autora cita, e as comunidades, negligenciadas pelos recursos municipais, são as mais atingidas pela devastação), sócio-econômicos (dependentes da sazonalidade do turismo, impossibilitados de manter seu modo de vida tradicional, e de recursos do subemprego, prostituição e tráfico de drogas), cultural (reproduções baratas de seus ritos e festejos), paisagísticos (o espaço costeiro transforma-se num litoral paradisíaco artificial que, no entanto, perde vida pois perde viventes), renda (mutação do *modos vivendi* tradicional de maneira expressa e sem conteúdo funcional, apenas uma necessidade de se aproximar do conforto e luxo ao qual os turistas têm acesso) (Oliveira 2005).

O consumo turístico não se resume apenas à imagens e paisagens. Como nos advertiu Doris Ruschmann, o turista dos novos tempos espera apreciar o contato cultural como parte da experiência lúdica e construtiva, de seu *otium cum dignitate* (Corbin 1989). E justamente o consumo do contato pode gerar graves desconcertos.

A atividade turística está sujeita às inter-relações entre os habitantes locais e os próprios turistas com interação nos dois sentidos. Os turistas podem causar impacto negativo nas culturas que visitam (se vêm em grande número) e, de outro lado, o próprio crescimento turístico pode levar os habitantes do lugar a uma certa recusa das atividades turísticas devido ao incômodo a que vêm submetida sua vida diária (OMT 2001: 244).

Em outro texto sobre a Vila de Trindade, Oliveira nos apresenta mais relatos dos moradores da vila que, desde que percebem a forte presença em suas praias de turistas estrangeiros vindos de Paraty, passam a tomar frente na demanda pelo manejo das atividades turísticas em seu espaço. No entanto, dizem que a prefeitura pouco atende a suas exigências, e toma atitudes que valorizam sempre a intervenção de empresas de fora na estruturação da Vila para receber o turista. Como foi o caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, criado por uma empresa de São Paulo a pedido da prefeitura de Paraty, e que nunca chegou a dialogar com a população da Vila na implementação do Projeto. Em uma das entrevistas feitas por Alexandra Oliveira à Guadalupe Lopes, presidente da ONG local Caxadaço Bocaina Mar,

Guadalupe conclui que a Prefeitura, ao invés de oferecer apoio à população, só a prejudica: “[a Prefeitura] quando quer ajudar, só atrapalha. E sempre pega

na coisa pior que é o lixo e o esgoto. Não deixa a gente resolver, não dá uma força pra gente conseguir fazer isso”. Ainda, Guadalupe conclui: “até onde eles vão querer chegar? Acho que eles vão querer dar mais um tempo para destruir as comunidades, porque quem fica aqui somos nós. A população começa a ficar enfraquecida, doente, começa a vender suas terras e pronto. Há um interesse por parte de Paraty em Trindade, mas não é com a comunidade que está presente (...)” (Oliveira 2004: 39).

Nesse contexto, não é de se estranhar que surjam embates entre moradores das comunidades receptoras e turistas (quando não temos a interferência do poder público em nome dos turistas), como o caso descrito por Rosane Prado em Ilha Grande/RJ (Prado 2003). A partir da década de 1970, a dinâmica turística na ilha aumentou sem precedentes, e, atrelado à queda da prática artesanal da pesca, empregou a maior parte de seus habitantes. Nesse momento começam a surgir enfrentamentos entre os moradores e os não moradores pelo controle do território, visto de maneiras diferentes por cada uma das partes. Os turistas e empresários do turismo recém chegados na região, consideram-na como um paraíso a ser preservado e estruturado para a visitação e exposição dessa grande beleza natural. Assim, sendo Ilha Grande um enorme domínio natural, lhe restam dois destinos: Conservação ambiental ou turismo ecológico sustentável, comandados, respectivamente, por técnicos do meio ambiente e empresários das grandes cidades.

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do *natural*, do *primitivo* e do *único*. Ela se torna cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como o espaço de liberdade, de prazer da aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial (Diegues 1998: 110-111).

Vemos, nesse caso, que mesmo a apreciação natural pode ser motivo de conflito, na medida em que essa visão idílica pode extrapolar a realidade local, exigindo uma negação da “intrusão humana” em prol da construção de uma imagem de “natureza intocada”.

Ou seja, além da desestruturação do modo de vida pelo qual as populações locais garantiam sua sobrevivência, o turismo pode ter um impacto enorme sobre as configurações do ambiente em que vivem essas comunidades, afetando seus referenciais paisagísticos e estratégias de compreensão do mundo e seus fenômenos.

Se, inicialmente, o espaço desempenhava, para a população local, o papel de “mediador para a vida e as coisas acontecerem (...); de referências geográficas, psicológicas (lúdicas, afetivas), informativas (...) e, sobretudo, de alimento a memória social” (idem: 33), pode, a partir do turismo, passar a exercer os papéis

de mero receptáculo para o turista e de lucros para alguns (Oliveira 2005: 76).

Por um lado, acredito que não podemos simplificar as vidas dessas comunidades num módulo de execução de atividades diárias e compreensão cósmica estática que perde sua pureza no contato com qualquer vulto da contemporaneidade. Inclusive, tentei justamente argumentar no capítulo anterior pela dinamicidade como elemento intrínseco à sociedade, e deve ser considerada nos momentos de reivindicação de território ancestral. Ou seja, dizer que o turismo “descaracteriza” remete a uma tentativa única de definir a essência de uma população através de parâmetros que nós atribuímos como típicos e, pior, estáticos.

Por outro lado, o “impacto” do turismo que se insere nesse trabalho refere-se, não à “descaracterização”, mas à completa desestruturação dos modos de sobrevivência e de referências espaço temporais da população, pois a maneira como o turismo se desenvolveu nos casos citados não foi à maneira do contato, mas da intrusão simples e bruta. O turismo subaquático pode gerar os mesmo problemas, pois contribui com o inchaço estrutural das comunidades receptoras e com a transformação do espaço subaquático e litorâneo na reprodução do Oasis predileto do(a) mergulhador(a) (Diegues 1998). O resultado extremo das impressões idílicas que mais atraem no mergulho é a transformação de um espaço social em espaço paradisíaco individual e egoísta (a mesma situação fantasiosa que leva ao depredo do patrimônio cultural).

É desse paradoxo que vem o turista de nossos tempos.

Assim, como a atividade turística e o meio ambiente apresentam um relacionamento paradoxal, que é o uso turístico de um espaço, protegendo-o, também o comportamento do turista de espaços naturais se mostra contrastante. Ele deseja ver uma natureza intocada, mas quer tocar os animais; quer “viver a natureza”, porém com conforto e segurança; quer a natureza “pura”, porém acessível (Ruschmann 1997, 147).

É o desejo irrestrito do contato, a curiosidade despertada pelo desconhecido, o medo suscitado pelo desconhecido, de sentir algo pela primeira vez depois de meses em clausura. Enfim, a eternidade insaciável da civilização, sendo a desapropriação de populações tradicionais, especulação imobiliária de terras caíçara e a pilhagem de sítios submersos alguns exemplos da faceta mais desagradável dessa sede civilizatória. “Viver a natureza’, porém com conforto e segurança” (Ruschmann 1997, p. 147) só pode significar domesticar a natureza e o espaço, para que ela seja selvagem somente enquanto bela e civilizada somente quando tiver já prestado seu encanto.

Assim como o turismo, o patrimônio pode ter o efeito similar de apropriação institucional de um espaço que pertencia primordialmente à outros modos de

vida. Como bem lembrou Gilson Rambelli e os demais entrevistados, as populações costeiras vivem uma realidade marítima, social e econômica diferente da nossa, e não podemos simplesmente chegar e dizer “isso agora é patrimônio, não mergulhem, não mexam”. Há a necessidade de negociação do espaço, entre o patrimônio e seu uso social, em especial quando a patrimonialização leva ao desenvolvimento de empreitadas industriais.

Acredito que a distinção entre um turismo que permita seu aproveitamento pelas comunidades locais e um turismo que as transforme em parte inerte do quintal de veraneio do indivíduo urbano é o *poder*. Quem tem o controle do andamento da situação. A intrusão do turismo interfere na estruturação social das populações, e tira-lhes, assim, o controle sobre suas atividades (concepção de tempo, técnicas de subsistência, produção de conhecimento, dinamismo social), o que vai além da simples “descaracterização”. Os ideais do paraíso perfeito são mercadologicamente supervalorizados, e, se não tomarmos cuidado, sua execução pode arrastar pelo asfalto qualquer paisagem indigna de sua benevolência.

Enfim, será que o turismo arqueológico serve ou não serve?

AO TERRITÓRIO DOS LUGARES

Finalmente, cabe retornar ao envolvimento da arqueologia nessas tramas sócio-políticas. Meu propósito nesse item não foi desencorajar a luta pela identificação e preservação do patrimônio arqueológico. Retorno à postura que havia tomado no início desse trabalho de acreditar, como estudante de arqueologia, que a luta pela preservação dos vestígios arqueológicos, emersos ou submersos, vale a pena.

Em primeiro lugar: posicionar determinado espaço sob a tutela jurídica do patrimônio cultural e arqueológico é sim um exercício de poder do Estado, mas é uma medida que torna o espaço público – como oposto ao espaço privado/individual (Sennet 1989). A principal lei de manejo e salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro, a Lei 3924/61, retira o patrimônio arqueológico das políticas dedicadas à propriedade privada e criminaliza seu uso comercial (Funari e Robrahn-González 2008). Ou seja, o bem cultural passa a ser de propriedade da União, inalienável ao indivíduo privado e de usufruto coletivo.

O que me leva ao segundo ponto que é “como fazer desse patrimônio um usufruto coletivo?” Apesar de uma origem patriarcal e hereditária, o conceito de patrimônio tem sofrido intensas alterações desde o final das guerras mundiais, e começa a abrir suas acepções às diversidades que clamam por representatividade perante as fontes oficiais de história e de memória (Funari e Pelegrini 2006). As principais cartas internacionais sobre o patrimônio cultural e arqueológico, a exemplo, apontam como essencial a participação do público – agora com o

sentido mais restrito de “grupos sociais quaisquer além do técnico científico” – na identificação e gestão do patrimônio cultural. O caso mais específico da legislação brasileira, como vimos, ainda não reforça essa importância, mas deixa clara a necessidade de que o patrimônio seja “representativo da história e memória da nação”. E a nação é grande, disforme e heterogênea.

O que me leva ao terceiro ponto sobre a patrimonialização. A arqueologia possui uma articulação fundamental na transformação desses espaços em patrimônio de uso coletivo. Os últimos 20 anos tem sido de intensos debates, tanto no Brasil quanto no exterior, sobre o reconhecimento do papel social do arqueólogo e da necessidade de uma ética profissional que atenda às demandas por uma postura política. A arqueologia pública é uma das respostas à esses debates, apresentando-se, a meu ver, como um conceito-chave que abre as portas da disciplina para questões de cunho ético e questionadores de sua autoridade e papel social. As diversas tendências relativas ao conceito de arqueologia pública são a justa expressão da potencialidade que nossa disciplina possui para lidar com conflito, a diferença e sugerir perspectivas diversas sobre o passado.

Quanto ao turismo, acredito que seu principal problema é sua inevitabilidade, em especial no caso subaquático. O litoral é um dos principais atrativos turísticos do nosso país, seja para o brasileiro seja para o estrangeiro. Ao mesmo tempo, é um espaço que congrega anos de naufrágios e de história de um pedaço de terra que foi invadido pelo mundo moderno através da navegação. Além, logicamente, dos milhares de anos em que fora habitado por diversas populações antes do início da colonização européia. O mergulho recreativo é uma atividade, se não completamente estrangeira, caracteristicamente urbana e essencialmente de lazer. Ou seja, o vínculo que esse público estabelece com os vestígios humanos submersos é através de uma atividade turística. Talvez o investimento em projetos de pesquisa que envolva alcance desse público específico sejam uma das melhores propostas para tornar o lazer mais instrutivo. Mas uma vez, volto a dizer que não vejo descrédito nos projetos de alcance e educação. Acredito que a arqueologia, como no caso do mergulho recreativo, pode prover o público com abordagens da realidade e do passado que possam ser-lhes úteis (Zanettini 2009). O problema advém de quando a arqueologia confunde aprendizado com imposição.

Quanto às populações tradicionais, acredito que a patrimonialização pode sim contribuir com a salvaguarda de um ambiente cujo risco de alienar-se do interesse público e passar à mãos privadas e cada vez mais forte. A arqueologia subaquática brasileira e internacional tem se preocupado, desde seu surgimento nos anos 1960, com a efetivação da patrimonialização para o coletivo (vimos alguns exemplos além do turístico), em transformar os vestígios humanos submersos em

lugares de memória e apreciação social, ao invés de jazidas de riquezas a serem exploradas. No entanto, a literatura especializada parece ter deixado de lado um outro setor da sociedade, cujo cotidiano é banhado pelas brisas salgadas. Através de conversas com pesquisadores do Brasil e exterior, fui informado muitas vezes de ações e projetos que envolvem profundamente as comunidades costeiras mais próximas aos sítios. Mas essas experiências não são publicadas, e quando muito são expressas em encontros e congressos. Qual seria a razão da não publicação? Descaso? Receio de não ser um tema acadêmico? A preocupação com o envolvimento do público não arqueológico é recente no mundo e no Brasil, e ainda necessita de aprofundamento. Trata-se, também, de uma questão de legitimidade de nosso discurso de proteção, mostrar que existem outros interessados naquele mesmo espaço e que sua destruição pode interromper uma importante fruição comunitária. Acredito que a mudança da legislação venha a contribuir muito para essa postura, legitimando o patrimônio civil e coletivo, e a necessidade de sua proteção contra o depredo. E cabe à arqueologia e as demais disciplinas humanistas efetivarem seu papel no jogo do patrimônio, para além das casas de barões do café (Funari & Pelegrini 2006).

Não que a arqueologia possa resolver os problemas da sociedade moderna, mas me parece sensato atuar na medida do que nos é referência: pessoas e suas coisas.

BIBLIOGRAFIA

- (OMT) Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Rocca, 2001.
- (WTO) World Tourism Organization. *Global Code of Ethics*. Santiago, 2001.
- . *United Nations Recommendations of Tourism Statistics*. Madrid, 1995.
- ALVES, Francisco J. S. “Underwater archaeological trails.” *Museum International* (Unesco: Blackwell) Vol. 60, n° 4 (2009).
- ASCHERSON, Neal. “Editorial.” *Public Archaeology*, 2000: 1-4.
- BASS, George. *Arqueologia Subaquática*. Cacim: Verbo, 1971.
- BASTOS, Rossano Lopes. “Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos.” In: *Patrimônio: atualizando o debate*, por Victor Hugo MORI, Marise Campos SOUZA e Rossano Lopes BASTOS. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. *O Australopiteco corcunda. As crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola*. 108f. Tese (Doutorado em Ciências, área de concentração em arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2002.
- BRASIL. “Lei nº 10.116, de 2000. Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986 (...).” *Diário Oficial da União*, dez. 2000.
- BRASIL. “Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados (...).” *Diário Oficial da União*, set. 1986.
- COPELAND, Tim. “Presenting archaeology to the public - constructing insights on-site.” In: *Public Archaeology*, por Nick MERRIMAN. London/New York: Routledge, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares: simbologia e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FAULKNER, Neil. “Archaeology from below: a socialist perspective.” *Newsletter article database: London Socialist Historians Group*, 2004.
- FERNANDES, Tatiana Costa. *Vamos criar um sentimento? um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil*. 212f. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

- FERREIRA, Lucio Menezes. “Arqueología comunitária, arqueología de contracto y educación patrimonial en Brasil.” 2010: No prelo.
- FERREIRA, Lucio Menezes. “Footsteps of the American Race: archaeology, ethnography and romanticism in imperial Brazil.” In: *Global Archaeology Theory: contextual voices and thoughts*, por Pedro Paulo A. FUNARI, Andrés ZARANKIN e Emily STOVEL. New York: Springer, 2005b.
- FERREIRA, Lucio Menezes. “Solo civilizado, chão antropofágico: a arqueologia imperial e os sambaquis.” In: *Identidades, discursos e poder: estudos da arqueologia contemporânea*, por Pedro Paulo A. FUNARI, Charles E. ORSER Jr. e Solange Nunes de O. SCHIAVETTO. São Paulo: Annablume/PAFESP, 2005a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FROST, Karolyn E. Smardz. “Archaeology and the public education in North America: view from the beginning of the millennium.” In: *Public Archaeology*, por Nick MERRIMAN. London/New York: Routledge, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo A. “The World Archaeological Congress from a critical perspective.” *Archaeologies*, 2006: 73-79.
- . “Lazer, patrimônio e turismo: algumas considerações.” *Patrimônio: Lazer e Turismo*. 2004. http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos_menu.php?ano=2004 (acesso em 31 de out. de 2009).
- FUNARI, Pedro Paulo A. “Public Archaeology from a Latin American Perspective.” *Public Archaeology* Vol. 1 (2000): 239-243.
- FUNARI, Pedro Paulo A., e Aline Vieira CARVALHO. “As possibilidades da Arqueologia Pública.” *História e História*, março 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A., e Erika M. ROBRAHN-GONZÁLEZ. “Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil.” *História* n° 2 (2008).
- FUNARI, Pedro Paulo A., e Sandra de Cássia PELEGRINI. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FUNDACIÓN TIERRA FIRME. *Proyecto lugares de memoria en el corregimiento de Tierra Bomba, 2011*. 2011. http://www.fundacionterrafirme.com/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=71&catid=71 (acesso em 2011 de jan. de 27).
- GEOFFREY et alii. “The analysis of ivory from marine environment.” *Studies in Conservation* Vol. 47, n° 1 (2002).

- GOMES, Ana Maria. “O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação.” *Revista Brasileira de Educação* Vol. 11, nº 32 (2006).
- HAMILTON, D. L. *Basic methods for conserving underwater archaeological material culture*. Washington D.C.: U.S. Department of Defense/ Legacy Resource Management Program, 1996.
- HARRIS, Lynn. “Underwater heritage and the diving community.” In: *Public Benefits of Archaeology*, por Barbara LITTLE. Gainesville: University Press of Florida, 2002.
- HERMANSON, P. M. “La conservación in situ en la arqueología subacuática.” In: *Conservación in situ de material arqueológico*, por R. S. (comp.) GLANTZ. Mexico D.F.: INAH, 2004.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, Evelina GRUNBERG, e Adriane Queiroz MONTEIRO. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.
- ICAHM. “Carta para a gestão do patrimônio arqueológico (Carta de Lausanne).” out. de 1990.
- II Simpósio Internacional de Arqueologia Marítima nas Américas. “Caderno de Resumos.” Itaparica, 2007.
- JAMESON JR, John. “Public archaeology in the United States.” In: *Public Archaeology*, por Nick MERRIMAN. London/New York: Routledge, 2004.
- JOHNSON, J. S. “Conservation and archaeology in Great Britain and the United States.” *Journal of the American Institute for Conservation* Vol. 32, nº 3 (1993): 249-269.
- JOHNSON, J. S. “Consolidation of archaeological bone: a conservation perspective.” *Journal of Field Archaeology* Vol. 21, nº 2 (1994): 221-233.
- MANZATO, Fabiana. “Turismo arqueológico: diagnóstico e análise de produto arqueoturístico.” *Pasos: Revista do Turismo e Patrimônio Cultural* Vol. 5, nº 1 (2007): 99-109.
- MERRIMAN, Nick. “Introduction. Diversity and dissonance in public archaeology.” In: *Public Archaeology*, edição: Nick MERRIMAN. London/New York: Routledge, 2004a.
- MERRIMAN, Nick. “Involving the public in museum archaeology.” In: *Public Archaeology*, por Nick MERRIMAN. London/New York: Routledge, 2004b.

- MESIC, Jasen. “A resource for sustainable development.” *Museum International* (Unesco/Blackwell) Vol. 60, n° 4 (2009).
- NOELLI, Francisco da Silva, Alexandre VIANA, e Marcelo L. MOURA. “Praia dos ingleses 1: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009).” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* Vol. 19 (2009): 179-203.
- OLIVEIRA, Adriana C. “A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo.” *Caderno Virtual de Turismo* Vol. 5, n° 2 (2005): 73-87.
- OLIVEIRA, Adriana C. “Turismo e população dos destinos turísticos.” *Caderno Virtual de Turismo* Vol. 4, n° 4 (2004): 31-43.
- POUGET, Frederic M. C. *Práticas arqueológicas e alteridade indígena*. 131f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo., 2010.
- PRADO, R. M. “Tensão no Paraíso: Aspectos da intensificação do turismo em Ilha Grande.” *Caderno Virtual de Turismo* Vol. 3, n° 1 (2003): 1-9.
- PROJETO MARALDI. *Projeto Maraldi*. 2010. <http://projetomaraldi.blogspot.com/> (acesso em 10 de dez. de 2010).
- RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.
- RAMBELLI, Gilson. “Notícias sobre o patrimônio histórico cultural subaquático internacional.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* n° 8 (1998): 334-335.
- RAMBELLI, Gilson. “O abandono do patrimônio arqueológico subaquático no Brasil: um problema para a arqueologia brasileira.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* n. 7 (1997): 177-180.
- . “Os desafios da arqueologia subaquática no Brasil.” *História e-História*. 1 de set. de 2004. <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&ID=7> (acesso em 22 de set. de 2010).
- RAMBELLI, Gilson. “Safeguarding the underwater cultural heritage of Brazil: legal protection and public archaeology.” *Museum International* Vol. 240 (2009): 70-80.
- RUSCHMANN, Doris V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- SCHADLA-HALL, Tim. “Editorial: Public Archaeology.” *European Journal of Archaeology*, 1999: 147-158.
- SENNET, Richard. “As mudanças no domínio público.” In: *O Declínio do homem público*, por Richard SENNET, tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. *Das Ostras, só as pérolas: Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil*. Belo Horizonte, 2011. 237 f.

- . *Baú de Tesouros: cultural, material e o sublime das profundezas*. Campinas, 2007.
- SOARES, Inês Virgínia Prado. “Patrimônio arqueológico subaquático no Brasil e a necessidade de uma tutela jurídica efetiva.” *Revista dos Tribunais*, 2010.
- SOLTYS, Fernando Alexandre. *Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na Arqueologia Pública*. 159f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com concentração em Arqueologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte., 2010.
- STUCHI, Francisco. *A Ocupação da terra indígena Kaiabí (MT/PA)*. 333f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo., 2010.
- UNESCO. *Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural submerso*. Vol. n° 57, em *As Cartas internacionais sobre o patrimônio*, por Padro Paulo A. FUNARI e Lourdes DOMINGUEZ. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005[2001].
- VELOSO, T. P. G., e J. E. A. CAVALCANTI. “O Turismo em sítios arqueológicos: modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico.” *Revista de Arqueologia* n° 20 (2007): 155-168.
- VIANA, Alexandre, Narbal de Souza CORREA, e Marcelo Lebarbechon MOURA. “Projeto de arqueologia subaquática: o patrimônio cultural marinho do estado de Santa catarina.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* Vol. 14 (2004): 387-391.
- VIDAL, Viviane. “Arqueologia de Resgate e seu papel social: a educação patrimonial como “alfabetização cultural”.” *História e-História*. 10 de ago. de 2010. Parte 1: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=38> Parte 2: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=37> (acesso em 02 de nov. de 2010).
- ZAMORA, Tatiana V. “The impact of commercial exploitation on the preservation of underwater cultural heritage.” *Museum International* Vol. 60, n° 4 (2009).
- ZANETTINI, Paulo. “Arqueologia pública, de contrato e empreendedorismo.” In: *Desafios da Arqueologia. Depoimentos*, por Pedro Paulo A. FUNARI, Lourdes DOMINGUEZ, Aline Vieira de CARVALHO e Gabriella Barbosa RODRIGUEZ, 215-219. Erechim: Habilis, 2009.
- ZHOURI, Andrea. “Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 23, n° 68 (2008): 97-107.
- ZHOURI, Andrea, e Raquel OLIVEIRA. “Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais.” In: *A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*, por Andrea ZHOURI, Klemens LASCHEFSKI e Doralice B. (org.) PEREIRA. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

